



2º Simulado Especial

TCE MG

Analista De Controle Externo
Especialidade: Ciências Contábeis
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-MG**, cargo de **Analista de Controle Externo - Ciências Contábeis**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/m46CRXbv5bbcigCu8>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/xrA4>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1**

No século 21, eu acredito que a missão da Organização das Nações Unidas (ONU) será definida por uma consciência nova e mais profunda da santidade e da dignidade de cada vida humana, independentemente de raça ou religião. Isso irá requerer que levemos o nosso olhar para além da estrutura dos Estados, ou da simples superfície de nações ou comunidades. Devemos enfocar, como nunca, a melhoria das condições de vida de homens e mulheres, individualmente, que dão ao Estado ou à nação a sua riqueza e o seu caráter.

Neste novo século, devemos começar pela compreensão de que a paz pertence não somente aos Estados ou povos, mas também a cada um e a todos os membros dessas comunidades. A soberania dos Estados não mais deverá ser utilizada como um escudo contra grandes violações aos direitos humanos. A paz deve ser real e tangível no dia a dia de cada indivíduo que dela necessite. Devemos buscá-la, acima de tudo, pelo fato de ser a condição para que cada membro da família humana possa levar uma vida de dignidade e segurança.

A lição do século passado nos fez entender que ameaçar ou atropelar a dignidade do indivíduo — como naqueles países onde o cidadão não desfruta do direito básico de escolher o seu governo, ou do direito de o escolher regularmente — resultou em conflitos, perdas de civis inocentes, vidas abreviadas e comunidades destruídas.

Com efeito, os obstáculos à democracia têm muito pouco a ver com cultura ou religião, e muito mais com o desejo daqueles que se encontram no poder e querem manter sua posição a qualquer custo. Não se trata de um fenômeno novo nem restrito a uma parte específica do mundo. As pessoas de todas as culturas prezam por sua liberdade de escolha e sentem a necessidade de ter direito de voz nas decisões que afetam suas vidas.

Kofi Annan [secretário-geral das Nações Unidas], 10 dez. 2001. In: Jerzy Szeremeta. Participação genuína na era da tecnologia de informação e comunicação (TIC). Fundação Luís Eduardo Magalhães. Gestão pública e

participação. Cadernos da FLEM. 20.ª ed. Salvador: FLEM, 2005, cap. III, p. 105-6 (com adaptações)

1. Quanto ao tipo textual, o texto 1 classifica-se como

- a) argumentativo.
- b) injuntivo.
- c) narrativo.
- d) descritivo.
- e) expositivo.

2. De acordo com o texto 1,

- a) cabe apenas ao Estado prover a segurança necessária para que os cidadãos vivam em sociedade.
- b) a soberania dos Estados é um conceito que deve ser superado.
- c) o envolvimento dos cidadãos nos assuntos públicos é dispensável.
- d) a paz deve ser para todos: os países, os povos e cada pessoa que vive neles.
- e) à ONU incumbe o compromisso de elevar a qualidade nas condições de vida da população global.

3. Com base nas ideias do texto 1, conclui-se que

- a) os entraves à democracia são causados principalmente pelas diferenças culturais entre os povos.
- b) a cultura de paz deve ser promovida exclusivamente pelos governantes.
- c) conflitos e destruição de comunidades podem surgir quando os direitos individuais são negados.
- d) em algumas sociedades, a liberdade é mais valorizada do que em outras.
- e) ao afirmar o valor sagrado da vida humana, a ONU se tornará uma entidade religiosa para aproximar os povos.

4. Os dois últimos períodos do primeiro parágrafo do Texto 1 poderiam ser unidos, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência textual, com o devido ajuste de pontuação e de letras maiúsculas e minúsculas, utilizado a expressão:

- a) porque
- b) desse modo
- c) porém
- d) embora
- e) mas também

5. Cada uma das seguintes opções apresenta uma proposta de reescrita para o trecho “Não se trata de um fenômeno novo nem restrito a uma parte específica do mundo.” (último parágrafo). Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção gramatical, mas altera o sentido do texto.

- a) O fenômeno não é novo e também ocorre em diferentes partes do mundo.
- b) Esse fato, conhecido há tempos se manifesta globalmente.
- c) O fenômeno existe fazem décadas e aparece em diversas partes do mundo.
- d) Estamos diante de algo que surgiu recentemente, embora se espalhe por mais de uma região.
- e) Esse processo é antigo, e limitado a um único contexto geográfico.

6. A palavra “tangível”, no segundo parágrafo, está empregada com o sentido de

- a) fácil.
- b) prático.
- c) concreto.
- d) natural.
- e) ideal.

7. Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do texto 1.

- a) No segmento “dão ao Estado ou à nação a sua riqueza” (primeiro parágrafo), o emprego do sinal indicativo de crase é facultativo.
- b) No trecho “Devemos buscá-la” (segundo parágrafo), a ocorrência da ênclise pronominal é obrigatória.
- c) No terceiro parágrafo, o segmento “A lição do século passado” funciona como adjunto adverbial na oração.
- d) Seria mantida a correção gramatical do trecho “A soberania dos Estados não mais deverá ser utilizada” (segundo parágrafo) caso a forma verbal “deverá ser utilizada” fosse substituída por **deverão ser utilizados**, caso em que concordaria com o vocábulo “Estados”.
- e) No último período do texto, o pronome “suas” refere-se a “pessoas de todas as culturas”.

8. No que se refere à pontuação do último parágrafo do texto, seria mantida a correção gramatical e os sentidos do texto caso se inserisse vírgula imediatamente depois do vocábulo

- a) democracia.
- b) poder.
- c) posição.
- d) necessidade.
- e) decisões.

9. A correção gramatical e o sentido do trecho do terceiro parágrafo - “resultou em conflitos” - seriam mantidos se o verbo “resultou” fosse substituído por

- a) acabou.
- b) provocou.
- c) acarretou.
- d) motivou.
- e) promoveu.

10. O vocábulo “que” classifica-se como pronome relativo no segmento:

- a) “Isso irá requerer que levemos o nosso olhar” (1º parágrafo)
- b) “compreensão de que a paz pertence não somente aos Estados ou povos” (2º parágrafo)
- c) “A paz deve ser real e tangível no dia a dia de cada indivíduo que dela necessite” (2º parágrafo)
- d) “condição para que cada membro da família humana possa levar uma vida de dignidade” (2º parágrafo)
- e) “A lição do século passado nos fez entender que ameaçar ou atropelar a dignidade do indivíduo” (3º parágrafo)

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

11. Considerando as regras constitucionais a respeito da desapropriação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- b) a desapropriação de propriedades privadas em razão da cultura ilegal de plantas psicotrópicas ou da exploração de trabalho escravo não exige do Estado o pagamento de indenização.
- c) a competência para promoção da desapropriação alcança, além dos entes federativos, as entidades da administração indireta, bem como particulares delegatários de serviços públicos (concessionários e permissionários).
- d) a competência para declarar determinado bem como de utilidade ou necessidade pública ou de interesse social para fins de desapropriação é

comum a todos os entes federativos, exceto casos específicos, como a desapropriação para fins de reforma agrária, cuja competência declaratória é exclusiva da União.

- e) na desapropriação para fins urbanísticos, a indenização deve ser paga em títulos da dívida pública estadual, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do 2º ano de sua emissão.

12. Durante a execução de determinado contrato de obra pública celebrado por órgão do Poder Executivo Estadual, regido pela Lei nº 14.133/2021, a empresa contratada cometeu uma infração grave, inexecutando parcialmente o contrato e causando prejuízo significativo à Administração. Após o devido processo administrativo, a autoridade competente decidiu aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. Sobre a aplicação e os efeitos dessa sanção, assinale a opção correta.

- a) A declaração de inidoneidade tem prazo indeterminado, perdurando enquanto não houver o ressarcimento integral do prejuízo causado à Administração.
- b) A competência para aplicar a declaração de inidoneidade é exclusiva do secretário estadual, não comportando delegação, e o prazo máximo da sanção é de 6 anos.
- c) A sanção de declaração de inidoneidade impede o responsável de licitar ou contratar apenas no âmbito do ente federativo que aplicou a sanção, no caso, a esfera estadual.
- d) A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade exige que a infração tenha sido praticada com dolo ou fraude, não sendo cabível para casos de mera culpa grave.
- e) A reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade exige, cumulativamente, o decurso do prazo mínimo de 1 ano da aplicação da sanção, se não houver prazo superior fixado no ato sancionador.

13. Um órgão público deseja adquirir, por meio de procedimento auxiliar, bens padronizados que serão utilizados frequentemente, mas cuja demanda exata não pode ser definida previamente. Para tanto, pretende utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP). Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, assinale a alternativa correta.

- a) O registro de preços, caso seja realizado mediante procedimento licitatório, somente irá comportar a modalidade pregão.
- b) A existência de preços registrados obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, garantindo ao beneficiário o direito subjetivo à contratação imediata.
- c) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.
- d) É vedada a participação de órgãos ou entidades que não participaram dos procedimentos iniciais (carona) em atas de registro de preços municipais.
- e) A licitação para registro de preços poderá ser realizada nas modalidades pregão, concorrência ou diálogo competitivo, conforme a complexidade do objeto.

14. Uma empresa de tecnologia sofreu um incidente de segurança que resultou no vazamento de dados pessoais sensíveis de milhares de usuários, tendo a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) instaurado processo administrativo sancionador. Sobre as sanções administrativas previstas na LGPD, assinale a opção correta.

- a) A multa simples poderá ser de até 2% do faturamento da pessoa jurídica, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 por infração.
- b) A ANPD pode aplicar a sanção de suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais pelo período máximo de 1 ano, prorrogável por igual período.

c) As sanções de publicização da infração e bloqueio dos dados pessoais só podem ser aplicadas após a imposição de multa diária.

d) A multa diária tem limite total de R\$ 100.000.000,00 e deve ser aplicada preferencialmente às infrações leves.

e) As sanções previstas na LGPD substituem as sanções civis, penais e administrativas definidas em leis específicas, como o Código de Defesa do Consumidor.

15. Durante uma perseguição policial a um veículo roubado, uma viatura da Polícia Militar de Minas Gerais colidiu com o carro de um terceiro inocente que transitava regularmente pela via, causando graves danos materiais e lesões corporais ao motorista. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

a) A responsabilidade do Estado é subjetiva, devendo a vítima comprovar a imprudência ou imperícia dos policiais na condução da viatura.

b) O Estado não responde pelos danos, pois os policiais estavam no estrito cumprimento do dever legal de perseguir criminosos.

c) A responsabilidade é solidária entre o Estado e os policiais, podendo a vítima acionar diretamente o agente público causador do dano.

d) Aplica-se a teoria do risco integral, sendo vedada ao Estado a alegação de excludentes de responsabilidade como culpa exclusiva da vítima ou caso fortuito.

e) O Estado responde objetivamente pelos danos causados, com base na teoria do risco administrativo, sendo desnecessária a comprovação de culpa dos policiais.

16. Suponha a celebração de consórcio público entre o Estado de Minas Gerais, o município de Belo Horizonte e a União, definido como associação pública, tendo sido estabelecido ainda que o representante legal do consórcio será o Presidente da República. A respeito desta situação, assinale a alternativa que encontra-se em DESACORDO com a Lei 11.107/2005:

- a) o consórcio fará parte da administração indireta de Minas Gerais, de Belo Horizonte e da União.
- b) as contas do Consórcio serão apreciadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
- c) os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio, formalizado anualmente.
- d) os funcionários do consórcio serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- e) caso um dos entes consorciados tenha ratificado o protocolo de intenções somente um ano após da sua subscrição, esta dependerá de homologação da assembleia geral do consórcio.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

17. A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, à luz da doutrina e da jurisprudência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) normas de eficácia plena podem ter sua incidência reduzida por meio de norma infraconstitucional
- b) as normas programáticas, espécie de norma de eficácia contida, estabelecem objetivos e metas a serem alcançados pelo Estado
- c) possui eficácia limitada a norma constitucional segundo a qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer
- d) mesmo as normas de eficácia limitada podem ser apontadas como parâmetro para o controle de constitucionalidade

e) possui eficácia contida a norma constitucional que estabelece a busca do pleno emprego como um objetivo da ordem econômica

18. A respeito da tutela constitucional do meio ambiente e dos povos indígenas, assinale a alternativa correta:

- a) a proteção constitucional das terras indígenas é incompatível com a sobreposição da mesma área como de proteção ambiental
- b) o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso especial
- c) a propriedade das terras indígenas é da União, assegurando-se às comunidades indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo e do subsolo
- d) a mineração em terras indígenas precisa ser autorizada pelo Congresso Nacional, assegurado poder de veto às comunidades indígenas
- e) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei

19. Sobre os Tribunais de Contas, à luz da CF e da jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir:

- I – Cabe ao Tribunal de Contas da União julgar as contas anualmente prestadas pelo Presidente da República.
- II – As competências constitucionais dos tribunais de contas estão previstas de forma exemplificativa na Constituição.
- III – As decisões das cortes de contas que imputem débito ou imponham multa têm força de título executivo.

Está(ão) correto(s) apenas:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) II
- e) III

20. Wesssklleysson, prefeito do Município Alfa, localizado no Estado Beta, está em seu segundo mandato consecutivo à frente da prefeitura. Sabendo estar inelegível para o cargo de prefeito de Alfa nas eleições de 2024, e conhecedor de sua fama no município vizinho de Zeta, decide para lá transferir seu domicílio eleitoral, na expectativa de candidatar-se a prefeito de Zeta nas eleições de 2024.

Ao consultar sua assessoria jurídica acerca dessa possibilidade, foi-lhe esclarecido corretamente que:

- a) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, uma vez que sua inelegibilidade atinge apenas o território de Alfa
- b) não poderá candidatar-se a prefeito nas eleições de 2024, mesmo que em outro município
- c) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, mas não poderá concorrer à reeleição
- d) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, desde que renuncie ao cargo atual até seis meses antes do pleito
- e) encontra-se inelegível para qualquer cargo nas eleições de 2024

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

21. O Tribunal de Contas do Estado do Estado poderá aplicar, entre outras, a seguinte sanção:

- a) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração estadual ou municipal, por prazo não superior a cinco anos, aos responsáveis, sempre que o Tribunal, por maioria simples de seus membros, considerar grave a infração cometida.
- b) multa de até duas vezes o valor do dano causado ao erário.

c) declaração de inidoneidade do licitante fraudador para licitar e contratar com o poder público estadual e municipal, por até seis anos.

d) multa diária, nos casos em que o descumprimento de diligência ou decisão puder ocasionar dano ao erário ou impedir o exercício das ações de controle externo.

e) demissão a bem do serviço público, mediante procedimento punitivo de controle externo.

22. Tendo por base as previsões da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCE, assinale a afirmativa correta:

- a) caberá pedido de reexame, com efeito suspensivo, em parecer prévio sobre prestação de contas do Governador ou de Prefeito, a ser apreciado pelo Tribunal Pleno.
- b) o recurso ordinário, que não terá efeito suspensivo, será apreciado pelo Tribunal Pleno, e a sua distribuição não poderá recair no relator do acórdão recorrido.
- c) cabem embargos de declaração, no prazo de cinco dias, para corrigir obscuridade, omissão, contradição ou erro material da decisão recorrida;
- d) de decisão definitiva transitada em julgado caberá agravo, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de dois anos, podendo ter como fundamento superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida ou a decisão adotada.
- e) As partes que aceitarem expressa ou tacitamente a decisão poderão dela recorrer.

23. Acerca da prescrição e da decadência no Tribunal de Contas, marque a opção correta:

- a) a citação válida suspende o prazo prescricional.
- b) cessada a causa suspensiva da prescrição, reinicia-se a contagem do prazo por inteiro.
- c) as decisões do TCE que imputem débito são imprescritíveis.
- d) salvo disposição legal em contrário, aplicam-se à decadência as normas que interrompem ou suspendem a prescrição.
- e) Prescreve em cinco anos a pretensão punitiva do Tribunal de Contas, considerando-se como termo inicial para contagem do prazo a data de ocorrência do fato.

24. Acerca da organização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, marque a opção correta:

- a) A antiguidade no Tribunal será determinada pela data da posse; pelo tempo de serviço público; pela idade.
- b) O Tribunal elegerá, em escrutínio secreto, anualmente, por maioria absoluta, o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor, sendo vedada a recondução.
- c) Não podem ocupar cargos de conselheiro, simultaneamente, parentes consanguíneos ou afins, na linha reta ou na colateral, até o terceiro grau.
- d) É vedado aos conselheiros e aos auditores exercer, exceto em disponibilidade, outro cargo ou função, podendo, em qualquer caso, exercer um cargo ou função de magistério.
- e) Os conselheiros terão as mesmas garantias, direitos, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos ministros do Superior Tribunal de Justiça.

25. Marque a opção que indica uma competência do Tribunal Pleno:

- a) emitir parecer prévio sobre as contas prestadas, anualmente, pelos Prefeitos Municipais.
- b) julgar, em regra, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens ou valores públicos, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que tenha resultado prejuízo ao erário.
- c) deliberar sobre prejulgados.
- d) fiscalizar o repasse e a aplicação de recurso referente a convênio e instrumento congênere.
- e) apreciar, para o fim de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, ressalvadas as melhorias posteriores que não tenham alterado o fundamento legal do ato concessório.

26. O TCU possui diversas competências próprias e privativas, definidas no texto constitucional. Uma delas é a aplicação sanções. Sobre esse tema, pode-se afirmar que:

- a) a aplicação de penalidades independe de previsão em lei, uma vez que o seu fundamento se encontra diretamente na Constituição Federal.
- b) o TCU somente poderá aplicar a sanção de multa proporcional ao dano, por expressa determinação constitucional, não podendo impor outras naturezas de sanções.
- c) por não se tratar de órgão jurisdicional, o TCU poderá aplicar sanções sem observar o devido processo legal.
- d) a competência sancionatória do TCU se submete ao controle do Poder Legislativo, titular do controle externo.
- e) a decisão que aplicar a multa terá eficácia de título executivo extrajudicial.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS*Géssica Ehle*

27. Considerando que a dignidade da pessoa humana constitui o núcleo essencial em torno do qual se estruturam tanto os direitos humanos quanto os direitos fundamentais, assinale a alternativa correta acerca do conceito e da relação entre esses dois conjuntos de direitos.

- a) Direitos fundamentais correspondem exclusivamente aos direitos previstos nos tratados internacionais, enquanto direitos humanos são aqueles reconhecidos pelas constituições nacionais.
- b) Direitos humanos e direitos fundamentais são expressões sinônimas, utilizadas indistintamente para designar o mesmo conjunto de direitos mínimos à vida em dignidade.
- c) Do ponto de vista da essencialidade material, ambos são direitos que reconhecem o mínimo para uma existência digna, diferindo-se pelo plano jurídico de positivação.
- d) A distinção crucial entre os conceitos de direitos humanos e direitos fundamentais diz respeito à característica da superioridade normativa daqueles, a qual impõem que sejam absolutos, não admitindo limitações legais.
- e) Os direitos humanos somente possuem validade jurídica quando internalizados pelas constituições nacionais como direitos fundamentais.

28. Julgue as assertivas a seguir, relativas à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela ONU em 2015.

- () A Agenda 2030 estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que abrangem temas como a erradicação da pobreza extrema, o combate à desigualdade e à injustiça e ações para se conter as mudanças climáticas.
- () A Agenda 2030 é juridicamente vinculante para todos os Estados-membros da ONU, impondo obrigações legais equivalentes às de um tratado internacional.
- () Entre os objetivos da Agenda 2030 está o compromisso de se alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, assumindo-se metas como a de reconhecer e valorizar o trabalho doméstico não remunerado.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta:

- a) F-F-V
- b) F-F-F
- c) V-V-V.
- d) V-F-V.
- e) V-V-F.

29. Com base na Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, assinale a alternativa incorreta.

- a) A lei prevê que os edifícios públicos e de uso coletivo devem ser construídos de modo a permitir o acesso e a utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- b) A lei determina que se deve eliminar barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.
- c) Nos termos da lei, em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com quaisquer tipos de deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.
- d) A eliminação de barreiras inclui o dever do Poder Público de promover a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas.
- e) Quando a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem, deverá ser instalado semáforo com equipamento que emita sinal sonoro.

30. Julgue as assertivas a seguir, relativas ao Estatuto da Igualdade Racial.

- I. O Estatuto da Igualdade Racial tem por objetivo garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa de seus direitos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.
- II. Para fins do Estatuto, considera-se população negra o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas, conforme classificação adotada pelo IBGE, ou que adotam autodefinição análoga.

III. Conceitualmente, políticas públicas são os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

Guilherme Sant'Anna

31. No que diz respeito à distinção entre auditoria interna, auditoria independente e perícia contábil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A auditoria independente tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização.
- b) A auditoria interna possui grau de independência maior que o da auditoria externa.
- c) A auditoria independente busca subsidiar a instância decisória acerca da justa solução de litígio ou da constatação de um fato.
- d) A perícia contábil é de competência exclusiva de contador em situação regular em Conselho Regional de Contabilidade
- e) A perícia contábil buscar emitir uma opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras.

32. Avalie os itens a seguir:

- I. Risco de detecção é o risco de que, nos procedimentos de auditoria aplicados, se identifiquem distorções relevantes existentes nas demonstrações contábeis.
- II. Ao planejar procedimentos adicionais de auditoria, o auditor se obriga a obter evidência de auditoria mais persuasiva quanto maior for a avaliação de risco do auditor.
- III. A determinação da materialidade deve ser inserida no planejamento da auditoria, não cabendo revisão na execução do trabalho.

Estão CORRETOS:

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) I e II, apenas
- d) I e III, apenas
- e) II e III, apenas

33. No que se refere à confiabilidade da evidência da auditoria, assinale a alternativa correta:

- a) a evidência obtida de partes relacionadas à entidade é mais confiável que a obtida internamente.
- b) a evidência obtida por escrito é sempre mais confiável do que a evidência obtida verbalmente.
- c) a evidência obtida por indagação é, no geral, mais confiável que a obtida analiticamente.
- d) a evidência oriunda de documentos originais é sempre mais confiável que a obtida por meio de cópias.
- e) a evidência gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados são efetivos.

34. Assinale qual o propósito dos testes de observância, no contexto da auditoria:

- a) avaliar os controles operacionais, suficientes para a robustez das evidências de auditoria.
- b) assegurar a revisão de todas as transações registradas.

- c) investigar detalhadamente os casos de suspeita de fraude.
- d) substituir os testes substantivos na verificação dos saldos contábeis.
- e) analisar criticamente o desenho dos controles internos e o seu efetivo funcionamento, além do cumprimento das políticas e procedimentos definidos pela administração.

35. No contexto da aplicação de um procedimento, se a solicitação de informações a um terceiro é feita de maneira que ele deva responder indicando se concorda ou discorda das informações presentes na solicitação, estamos diante do procedimento denominado

- a) solicitação de confirmação negativa.
- b) circularização negativa em preto
- c) solicitação de confirmação positiva em preto.
- d) solicitação de confirmação positiva em branco
- e) solicitação de confirmação negativa em branco

36. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) O auditor pode definir a distorção tolerável com base em inconsistências na descrição dos itens do inventário, sem necessidade de estabelecer um limite monetário para as distorções.
- b) Para testes de controles, não é necessária qualquer projeção explícita dos desvios uma vez que a taxa de desvio da amostra também é a taxa de desvio projetada para a população como um todo
- c) Uma taxa de desvio inesperadamente alta nos testes de controles resulta em um aumento no risco de distorção relevante, independentemente de outras evidências de auditoria.
- d) O risco não resultante da amostragem está principalmente associado à seleção inadequada de itens na amostra, o que pode levar ao não reconhecimento de distorções ou desvios relevantes.
- e) O objetivo da adoção da amostragem no trabalho de auditoria é reduzir o risco de auditoria, mesmo que isso resulte no aumento do volume de trabalho detalhado.

37. O relatório adverso deve ser emitido quando:

- a) houver diferenças entre as notas explicativas e o parecer do auditor anterior.
- b) o auditor é incapaz de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.
- c) for identificada incerteza quanto à continuidade operacional da entidade.
- d) houver evidências apropriadas e suficientes para concluir que existe distorção relevante e generalizada nas demonstrações contábeis.
- e) o auditor desejar enfatizar uma questão apresentada de forma adequada nas demonstrações.

38. Assinale a alternativa incorreta:

- a) As expressões documentação de auditoria e papéis de trabalho são sinônimas.
- b) Após a conclusão da montagem do arquivo final, o auditor não apaga nem descarta qualquer tipo de documentação pelo seu prazo de guarda, que é de – no mínimo – 5 anos a contar da data do relatório.
- c) Documentação de auditoria compreende uma ou mais pastas, em forma física ou eletrônica, que contêm os registros que compõe os procedimentos aplicados, as evidências obtidas e as conclusões alcançadas.
- d) Auditor experiente é um indivíduo interno ou externo à firma que possui experiência prática de auditoria e conhecimento razoável de processos de trabalho, normas e assuntos relacionados.
- e) Se o auditor identificou informações referentes a um assunto significativo que são inconsistentes com a sua conclusão final, ele deve documentar como tratou essa inconsistência

39. Se, após a data do seu relatório, mas antes da data de divulgação das demonstrações contábeis, o auditor tomar conhecimento de fato que, se fosse do seu conhecimento na data do relatório, poderia ter levado o auditor a alterar seu relatório, ele deve:

- I. discutir o assunto com a administração e, quando apropriado, com os responsáveis pela governança
- II. determinar se as demonstrações contábeis precisam ser alteradas e, caso afirmativo;
- III. indagar como a administração pretende tratar o assunto nas demonstrações contábeis.

Estão corretos

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I, II e III
- e) I, apenas

40. Em relação às partes relacionadas, é correto afirmar que:

- a) Consideram-se partes relacionadas apenas as entidades coligadas e controladas da principal, ao passo que as filiais são consideradas como unidades operacionais da entidade.
- b) Transações com partes relacionadas são usuais e não apresentam riscos ao trabalho do auditor.
- c) O auditor tem a responsabilidade de executar procedimentos de auditoria para identificar, avaliar e responder aos riscos de distorção relevante decorrentes da não contabilização ou da não divulgação apropriada do relacionamento, transações ou saldos com partes relacionadas em conformidade com os requisitos da estrutura.
- d) O auditor não deve compartilhar informações relevantes obtidas a respeito das partes relacionadas da entidade com os outros membros da equipe de trabalho em razão do compromisso do auditor de não divulgar informações estratégicas da entidade.
- e) Se a administração fez uma afirmação nas demonstrações contábeis no sentido de que uma transação com parte relacionada não foi conduzida em termos equivalentes àqueles prevalecentes entre partes independentes, o auditor deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a afirmação.

41. Assinale a alternativa correta.

- a) São indícios de risco de fraude os lançamentos feitos em contas não relacionadas, não usuais ou raramente usadas.
- b) Ajustar indevidamente as premissas e alterar os julgamentos utilizados para estimar saldos contábeis é exemplo de apropriação indevida de ativos.
- c) A elaboração das demonstrações contábeis requer que o auditor independente faça vários julgamentos ou utilize premissas que afetam significativamente as estimativas contábeis.
- d) Fazer a entidade pagar por produtos e serviços não recebidos é exemplo de informação contábil fraudulenta.
- e) O fato de haver um sistema de controle interno em pleno funcionamento elimina o risco de fraude.

42. Assinale a alternativa correta:

- a) É possível que seja determinada materialidade de desempenho em valor menor do que a materialidade das demonstrações contábeis como um todo.
- b) Materialidade é uma ferramenta exclusiva da auditoria financeira, não se aplicando a trabalhos de outras naturezas.
- c) É vedada a revisão da materialidade estabelecida no planejamento ao longo do trabalho, ainda que o risco se eleve por achados relevantes.
- d) Não se pode admitir que seja estabelecida materialidade específica para determinadas classes de transações.
- e) A materialidade deve ser obtida por meio da aplicação de uma taxa fixa ao faturamento bruto.

43. Assinale a correta:

- a) Revisão de qualidade do trabalho é uma avaliação objetiva dos julgamentos significativos feitos pela equipe de trabalho e das conclusões obtidas sobre eles, realizada pelo revisor da qualidade do trabalho e concluída após a data do relatório do trabalho.
- b) Revisor da qualidade do trabalho pode ser um sócio, outro indivíduo dentro da firma ou indivíduo externo, nomeado pela firma para realizar a revisão de qualidade do trabalho, independentemente de ter feito parte da equipe de trabalho.
- c) Empregados são profissionais, sócios e quaisquer especialistas empregados pela firma.
- d) O sócio do trabalho tem a responsabilidade final e é, portanto, responsável pelo cumprimento dos requisitos relacionados à gestão da qualidade da auditoria de demonstrações contábeis.
- e) Equipe de trabalho contempla todos os sócios e empregados que realizam o trabalho de auditoria, assim como quaisquer outros indivíduos que executam os procedimentos relacionados ao trabalho, incluindo especialista externo do auditor.

44. Valor desenvolvido pelo auditor para avaliar a estimativa pontual da administração é um conceito relacionado a:

- a) estimativa contábil
- b) intervalo do auditor
- c) tendenciosidade do auditor
- d) resultado da estimativa contábil
- e) incerteza da estimativa

CONTABILIDADE GERAL*Marcondes Fortaleza*

45. A empresa MAVIFOR, ao realizar um levantamento de suas contas, verificou a presença de um intangível no valor de R\$ 40.000,00; um terreno no valor de R\$ 200.000,00; estoques de produtos no valor de R\$ 10.000,00; equipamentos utilizados na produção no valor de R\$ 50.000,00; um recebível de 15.000,00; uma obrigação junto a instituição financeira no valor de R\$ 100.000,00; duplicatas descontadas no valor de R\$ 7.000,00; passivo fiscal diferido no valor de R\$ 8.000,00.

Nesse contexto, o patrimônio líquido dessa entidade é de

- a) R\$ 145.000,00.
- b) R\$ 150.000,00.
- c) R\$ 160.000,00.
- d) R\$ 165.000,00.
- e) R\$ 170.000,00.

46. Um analista foi chamado para classificar cinco ativos constantes no patrimônio da empresa ILUSTRES É LENHA:

- I. A empresa possui um ativo financeiro que rende 2% a.m., com resgate em 200 dias
- II. A empresa adquiriu ações de outra entidade com o intuito de negociar assim que aparecer uma boa oportunidade de mercado.
- III. A empresa adquiriu de um fornecedor especial um conjunto de equipamentos especiais para revender aos seus clientes.
- IV. A empresa adquiriu instrumentos financeiros, mensurados pelo custo amortizado, com vencimento de três anos.
- V. A empresa adquiriu ações com a intenção de diversificar suas atividades operacionais.

Realizada uma análise cuidadosa, o analista apresentou a seguinte classificação dos ativos no balanço patrimonial, seguindo a ordem apresentada será:

- a) investimento, circulante, imobilizado, investimento e investimento.
- b) circulante, circulante, circulante, realizável a longo prazo e investimento.
- c) realizável a longo prazo, investimento, circulante, circulante e investimento.
- d) investimento, investimento, circulante, circulante e investimento.
- e) circulante, realizável a longo prazo, circulante, realizável a longo prazo e circulante.

47. De acordo com o CPC 00 (R2), avalie os itens seguintes:

- I. Um direito pode atender à definição de recurso econômico e, portanto, pode ser um ativo, mesmo se a probabilidade de que produzirá benefícios econômicos for baixa.
- II. A entidade tem a capacidade presente de direcionar o uso de recurso econômico se tiver o direito de empregar esse recurso econômico em suas atividades, embora não possa permitir que outra parte empregue o recurso econômico nas atividades dessa outra parte.
- III. O primeiro critério para o passivo é que a entidade tenha a obrigação.
- IV. Despesas são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, inclusive aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.

Marque a alternativa que contém todos os itens corretos:

- a) I e III
- b) III e IV
- c) I e IV
- d) I, II e III
- e) I, III e IV

48. Em dezembro de 2025, a empresa CAFÉ COM CONTABILIDADE comprou uma máquina para utilizar em suas atividades pelo montante de R\$ 35.000,00. O pagamento desse ativo foi:

- 60% à vista;
- 40% em uma parcela ao final de 24 meses.

Adicionalmente, verificou-se que a empresa recebeu um cliente um valor total de R\$ 7.000,00, referente a uma duplicata. Na sequência, efetuou o pagamento de uma dívida no montante de R\$ 2.500,00.

Considerando apenas as operações contábeis descritas no mês de dezembro de 2025 e desconsiderando qualquer aspecto relativo ao ajuste a valor presente, é correto afirmar:

- a) Não houve alteração no total do ativo e passivo da empresa.
- b) O ativo da empresa aumentou em R\$ 35.000,00.
- c) O ativo da empresa diminuiu em R\$ 2.500,00.
- d) O passivo da empresa aumentou em R\$ 11.500,00.
- e) O patrimônio líquido variou, negativamente, em R\$ 2.500,00.

49. O contador da companhia MAVIFOR, em suas análises, verificou a existência de um equipamento adquirido pela entidade em janeiro de 2020 por R\$ 490.000,00 e imediatamente colocado em operação. A sua vida útil tinha sido estimada em 10 anos, e seu valor residual, em R\$ 10.000,00. Em 31.12.2025, o departamento contábil da companhia registrou uma perda desse ativo em função do teste de impairment no valor de R\$ 20.000,00.

Considerando como corretos todos os valores apresentados, o valor recuperável desse ativo, em 31.12.2025, correspondeu, em R\$, a

- a) 470.000,00.
- b) 450.000,00.
- c) 172.000,00.
- d) 192.000,00.
- e) 182.000,00.

50. Marque a alternativa correta sobre despesas antecipadas:

- a) É possível termos despesas antecipadas classificadas em investimentos ou até mesmo no intangível.
- b) Representam pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à empresa ocorrerão em momento posterior.
- c) Pela ordem de liquidez, as despesas antecipadas são o primeiro item apresentado no Ativo Circulante.
- d) São exemplos de despesas pagas antecipadamente bilhetes de passagem adquiridos, mas ainda não utilizados, e comissões comerciais pagas relativas a benefícios já usufruídos.
- e) Os estoques de materiais de escritório e materiais de limpeza devem ser incluídos como despesas do exercício seguinte.

51. No sistema contábil abaixo apresentado só faltou anotar as receitas realizadas no período. Levando em consideração essa informação e respeitando as regras da digrafia contábil, é possível calcular o valor dessas receitas.

Componentes	Valores
Capital	R\$ 1.300,00
Despesas	R\$ 300,00
Dívidas	R\$ 1.800,00
Dinheiro	R\$ 1.100,00
Clientes	R\$ 1.200,00
Fornecedores	R\$ 1.350,00
Prejuízos Anteriores	R\$ 400,00
Máquinas	R\$ 1.950,00

Com base nos elementos apresentados, pode-se afirmar que o valor das receitas foi

- a) R\$ 200,00
- b) R\$ 400,00
- c) R\$ 500,00
- d) R\$ 600,00
- e) R\$ 700,00

52. A empresa ILUSTRES Indústria e Comércio apresentou os seguintes dados para o mês de dezembro de 2025:

Estoque inicial avaliado em R\$ 22.000,00.

Compras de 100 unidades ao preço unitário de R\$ 240,00.

Vendas de 60 unidades ao preço unitário de R\$ 300,00.

IPI incidente sobre as compras a 5%.

ICMS sobre compras a 10%.

ICMS sobre vendas a 15%.

Devolução de vendas no valor de R\$ 1.500,00.

Estoques avaliados pelo critério PEPS.

Estoque inicial com 110 unidades.

Todas as transações correram à vista.

Considerando as informações apresentadas, a empresa apresentará um estoque final no montante de:

- a) R\$ 36.000,00
- b) R\$ 32.400,00
- c) R\$ 33.300,00
- d) R\$ 31.400,00
- e) R\$ 30.000,00

53. A companhia MAVIFOR comprou, a prazo, uma máquina para utilizar em suas atividades pelo valor de R\$ 300.000,00. Se tivesse sido adquirido à vista, o valor seria de 260.000,00. Adicionalmente, a entidade incorreu nos seguintes gastos relacionados ao ativo adquirido:

Honorários profissionais	R\$ 10.000,00
Preparação do local	R\$ 5.000,00
Abertura de nova instalação	R\$ 15.000,00
Despesas administrativas	R\$ 8.000,00
Instalação e montagem	R\$ 6.000,00
Frete e manuseio (para recebimento e instalação)	R\$ 20.000,00
Transferência das atividades para novo local	R\$ 12.000,00
Testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente	R\$ 4.000,00

Considerando tais informações, o valor pelo qual o imobilizado deve ser registrado é:

- a) R\$ 320.000,00;
- b) R\$ 345.000,00;
- c) R\$ 328.000,00;
- d) R\$ 301.000,00;
- e) R\$ 305.000,00.

54. A companhia MAVIFOR imagina que será ré em três processos trabalhistas (A, B e C), que irão tratar de uma mesma matéria, mas correriam em varas trabalhistas distintas, sendo provável que seria condenada a pagar as indenizações reclamadas. A tabela a seguir refere-se aos processos trabalhistas desfavoráveis à companhia MAVIFOR.

Processos	Desembolso (em R\$ mil)	Probabilidade de ocorrência
A	3.000	70%
B	1.800	60%
C	400	80%

Na situação hipotética apresentada, o montante de provisão a ser reconhecido é de, em R\$ mil:

- a) zero.
- b) R\$ 1.800.
- c) R\$ 3.000.
- d) R\$ 3.500.
- e) R\$ 5.200.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

55. O Município Audazes dos Pampas arrecadou, em determinado mês, R\$ 100 milhões referentes ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Por determinação constitucional, 50% desse valor pertence aos municípios onde os veículos estão licenciados. Além disso, houve a retenção de 20% para a formação do FUNDEB.

Considerando os procedimentos contábeis orçamentários do MCASP, assinale a opção correta sobre o registro dessa arrecadação no Estado.

- a) O Estado deve registrar uma Receita Orçamentária Bruta de R\$ 100 milhões e uma Despesa Orçamentária de R\$ 50 milhões referente à transferência aos municípios.

- b) O Estado deve registrar uma Receita Orçamentária Líquida de R\$ 30 milhões, pois R\$ 50 milhões são dos municípios e R\$ 20 milhões são do FUNDEB.

- c) A parcela de 50% devida aos municípios deve ser registrada como Dedução da Receita Orçamentária, enquanto a parcela do FUNDEB é registrada como Despesa Orçamentária.

- d) Tanto a parcela pertencente aos municípios (50%) quanto a parcela destinada ao FUNDEB (20%) devem ser registradas como Deduções da Receita Orçamentária para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, mas a contabilização da arrecadação bruta é de R\$ 100 milhões.

- e) A transferência aos municípios é uma despesa extraorçamentária, e o FUNDEB é uma dedução da receita.

56. A Secretaria de Saúde de um município adquiriu softwares de gestão hospitalar. O contrato prevê a licença de uso por tempo indeterminado (perpétua) e inclui o código-fonte, permitindo que o município faça alterações futuras no sistema. O valor total foi de R\$ 500.000,00.

De acordo com o MCASP e a estrutura de natureza da despesa, essa aquisição deve ser classificada no Grupo de Natureza de Despesa (GND) e Elemento de Despesa, respectivamente, como:

- a) GND 3 (Outras Despesas Correntes) e Elemento 40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica).

- b) GND 4 (Investimentos) e Elemento 40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica).

- c) GND 4 (Investimentos) e Elemento 52 (Equipamentos e Material Permanente).

- d) GND 3 (Outras Despesas Correntes) e Elemento 39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

- e) GND 4 (Investimentos) e Elemento 39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

57. Sobre o regime de adiantamento (suprimento de fundos), analise as afirmativas a seguir à luz da Lei nº 4.320/64 e do MCASP:

- I. O suprimento de fundos é uma despesa orçamentária, classificada como tal no momento da concessão ao suprido.
- II. O prazo para aplicação dos recursos não pode ultrapassar o exercício financeiro, devendo o saldo não utilizado ser devolvido.
- III. É vedada a concessão de suprimento de fundos a servidor em alcance ou que seja responsável por dois outros suprimentos pendentes de prestação de contas.
- IV. A restituição de saldo não utilizado, se ocorrer no mesmo exercício da concessão, deve ser classificada como Receita Orçamentária.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

58. O Município Audazes dos Pampas reconheceu, em 31/12/2023, uma provisão para riscos trabalhistas no valor presente de R\$ 1.000.000,00. A liquidação dessa obrigação está prevista para ocorrer em 31/12/2025. A taxa de desconto utilizada para o ajuste a valor presente foi de 10% ao ano.

Ao final do exercício de 2024 (31/12/2024), considerando que não houve mudança nas estimativas de fluxo de caixa nem na taxa de desconto, assinale a opção que indica corretamente qual deve ser o procedimento contábil para a atualização dessa provisão e qual o impacto no resultado patrimonial:

- a) A provisão deve ser mantida por R\$ 1.000.000,00, pois não houve fato novo.
- b) A provisão deve ser atualizada para R\$ 1.100.000,00, reconhecendo-se uma Variação

Patrimonial Diminutiva (VPD) Financeira de R\$ 100.000,00.

- c) A provisão deve ser atualizada para R\$ 1.100.000,00, reconhecendo-se uma VPD de Pessoal e Encargos de R\$ 100.000,00.
- d) A provisão deve ser atualizada para R\$ 1.210.000,00, reconhecendo-se uma VPD Financeira de R\$ 210.000,00.
- e) A provisão deve ser revertida e reconhecida novamente pelo valor futuro, sem impacto no resultado.

59. O Município Audazes dos Pampas iniciou um projeto interno para desenvolver um novo sistema de gestão tributária. O projeto foi dividido em duas fases:

Fase de Pesquisa: Gastos com estudos de viabilidade, busca de alternativas tecnológicas e definição de requisitos. Custo incorrido: R\$ 200.000,00.

Fase de Desenvolvimento: Após a conclusão da viabilidade técnica e a decisão formal de construir o software (com recursos garantidos e intenção de uso), iniciou-se a codificação e testes. Custo incorrido: R\$ 800.000,00.

De acordo com a NBC TSP 08 (Ativo Intangível) e o MCASP, assinale a opção que indica corretamente como esses gastos devem ser tratados contabilmente:

- a) R\$ 1.000.000,00 devem ser reconhecidos como Ativo Intangível.
- b) R\$ 1.000.000,00 devem ser reconhecidos como Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa) do período.
- c) R\$ 200.000,00 como Ativo Intangível e R\$ 800.000,00 como VPD.
- d) R\$ 200.000,00 como VPD e R\$ 800.000,00 como Ativo Intangível.
- e) R\$ 200.000,00 como VPD e R\$ 800.000,00 como Ativo Imobilizado em Andamento.

60. A Secretaria de Saúde do Município Audazes dos Pampas adquiriu vacinas para distribuição gratuita à população. O custo de aquisição foi de R\$ 50,00 por dose. No final do exercício, devido ao surgimento de uma nova tecnologia, o preço de mercado dessas vacinas caiu para R\$ 40,00 por dose. O custo de reposição (valor que a entidade pagaria para adquirir o mesmo ativo hoje) é de R\$ 38,00.

Considerando que as vacinas serão distribuídas gratuitamente (não geram fluxo de caixa), assinale a opção que indica corretamente por qual valor elas devem ser mensuradas no Balanço Patrimonial, segundo o MCASP e a NBC TSP 04:

- a) R\$ 50,00 (Custo Histórico).
- b) R\$ 40,00 (Valor de Mercado).
- c) R\$ 38,00 (Custo de Reposição).
- d) R\$ 44,00 (Média entre Custo e Reposição).
- e) Zero, pois serão distribuídas gratuitamente e não têm valor econômico para venda.

61. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as contas contábeis são classificadas segundo a natureza da informação. Sobre as Classes 5 (Orçamento Aprovado) e 6 (Execução do Orçamento), assinale a opção que apresenta a lógica correta de lançamento para o registro da **Fixação da Despesa** na Lei Orçamentária Anual (LOA).

- a) Débito na Classe 5 (Dotação Inicial) e Crédito na Classe 6 (Crédito Disponível).
- b) Débito na Classe 6 (Crédito Disponível) e Crédito na Classe 5 (Dotação Inicial).
- c) Débito na Classe 5 (Previsão da Receita) e Crédito na Classe 5 (Fixação da Despesa).
- d) Débito na Classe 6 (Execução da Despesa) e Crédito na Classe 5 (Dotação Inicial).
- e) Débito na Classe 5 (Dotação Inicial) e Crédito na Classe 5 (Previsão da Receita).

62. Para possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo (Nacional, Federal, Estadual, Municipal), o PCASP utiliza um mecanismo específico no **5º nível** da estrutura do código da conta contábil (Subtítulo).

Assinale a opção que indica corretamente o significado do dígito "2" no 5º nível da conta contábil (ex: 1.1.1.1.2.xx.xx):

- a) Compreende os saldos que não serão excluídos na consolidação (consolidação apenas do ente).
- b) Compreende os saldos de transações entre entidades que pertencem ao mesmo Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente federativo (Intra OFSS).
- c) Compreende os saldos de transações entre entidades de entes federativos distintos (Inter OFSS - União + Estados + Municípios).
- d) Compreende os saldos de transações entre entidades do mesmo ente, mas de orçamentos diferentes (Fiscal vs. Investimento das Estatais).
- e) Compreende os saldos de transações com entidades privadas ou estrangeiras.

63. No Balanço Orçamentário de um Estado, a coluna de "Receita Realizada" deve evidenciar os valores arrecadados líquidos de restituições e deduções legais. Considere os seguintes dados da execução da receita de um exercício:

1. Arrecadação bruta de ICMS: R\$ 1.000.000,00.
2. Transferência constitucional de 25% do ICMS aos Municípios: R\$ 250.000,00.
3. Arrecadação de Taxas de Fiscalização: R\$ 100.000,00.
4. Restituição de Taxas recebidas indevidamente no exercício: R\$ 10.000,00.
5. Recebimento de Caução em dinheiro (Garantia de Contrato): R\$ 50.000,00.

Com base nessas informações e na estrutura do Balanço Orçamentário (MCASP), o valor total a ser registrado na linha de Receitas Correntes Realizadas (coluna de execução) é:

- a) R\$ 1.100.000,00.
- b) R\$ 840.000,00.
- c) R\$ 850.000,00.
- d) R\$ 890.000,00.
- e) R\$ 1.140.000,00.

64. No Balanço Financeiro de um ente público, o saldo em espécie do exercício anterior (Caixa Inicial) foi de R\$ 50.000,00 e o saldo para o exercício seguinte (Caixa Final) foi de R\$ 60.000,00. Durante o exercício, as Receitas Orçamentárias realizadas somaram R\$ 800.000,00 e as Despesas Orçamentárias pagas somaram R\$ 750.000,00.

Sabendo que os Recebimentos Extraorçamentários totalizaram R\$ 100.000,00, assinale a opção que indica corretamente qual foi o valor dos Pagamentos Extraorçamentários:

- a) R\$ 140.000,00.
- b) R\$ 150.000,00.
- c) R\$ 90.000,00.
- d) R\$ 110.000,00.
- e) R\$ 50.000,00.

65. A DVP evidencia as variações quantitativas aumentativas e diminutivas, resultando no Resultado Patrimonial do Período. Analise as seguintes transações ocorridas em 2024:

- I. Reconhecimento de crédito tributário (imposto) no momento do fato gerador: R\$ 500.000,00.
- II. Arrecadação do imposto lançado no item I: R\$ 400.000,00.
- III. Empenho e liquidação de despesa com pessoal: R\$ 300.000,00.
- IV. Pagamento da despesa com pessoal: R\$ 280.000,00.
- V. Aquisição de veículo à vista (empenhado, liquidado e pago): R\$ 100.000,00.
- VI. Depreciação do veículo no período: R\$ 5.000,00.

O Resultado Patrimonial do exercício apurado na DVP é um Superávit de:

- a) R\$ 195.000,00.
- b) R\$ 95.000,00.
- c) R\$ 200.000,00.
- d) R\$ 115.000,00.
- e) R\$ 215.000,00.

66. Na elaboração da DFC pelo Método Direto, as movimentações de caixa devem ser segregadas em três fluxos: Operacional, Investimento e Financiamento. Classifique as operações abaixo:

1. Recebimento de Transferências Correntes (FPM/ICMS).
2. Pagamento de Juros sobre a Dívida Contratada.
3. Amortização (Pagamento do Principal) da Dívida Contratada.
4. Alienação (Venda) de Bens Imóveis.
5. Integralização de Capital Social em Empresas Dependentes.

A sequência correta de classificação (Operacional, Investimento ou Financiamento) é:

- a) Operacional, Operacional, Financiamento, Investimento, Investimento.
- b) Operacional, Financiamento, Financiamento, Investimento, Investimento.
- c) Operacional, Operacional, Financiamento, Operacional, Investimento.
- d) Investimento, Operacional, Financiamento, Investimento, Financiamento.
- e) Operacional, Financiamento, Financiamento, Operacional, Investimento.

67. O Balanço Patrimonial deve evidenciar o Ativo e o Passivo Financeiro e Permanente para fins de apuração do Superávit Financeiro (Lei 4.320/64). Considere os seguintes passivos de um ente em 31/12:

1. Restos a Pagar Processados (de fornecedores e pessoal).
2. Dívida Fundada Interna (Empréstimos de Longo Prazo).
3. Depósitos de Terceiros (Cauções e Garantias a devolver).
4. Provisões para Riscos Fiscais (Longo Prazo).
5. Débitos de Tesouraria (ARO - Antecipação de Receita Orçamentária).

Assinale a opção que indica corretamente quais desses itens compõem o Passivo Financeiro:

- a) Apenas 1, 3 e 5.
- b) Apenas 1 e 5.
- c) Apenas 1, 2 e 3.
- d) Apenas 3 e 5.

e) Todos os itens.

68. O Município Audazes dos Pampas possui uma política histórica, amplamente divulgada e praticada há mais de 10 anos, de conceder um bônus de produtividade aos professores da rede pública sempre que o índice de aprovação escolar supera a meta anual. Embora não exista uma lei municipal específica obrigando o pagamento desse bônus (apenas decretos anuais autorizativos após a apuração), a prática criou uma expectativa válida entre os servidores e a sociedade de que, atingida a meta, o bônus será pago.

Em 31 de dezembro de 2024, a meta foi atingida. O decreto autorizando o pagamento só será assinado em fevereiro de 2025.

À luz da NBC TSP Estrutura Conceitual, como essa situação deve ser tratada no Balanço Patrimonial de 2024?

- a) Não deve ser reconhecido nenhum passivo em 2024, pois não há obrigação legal (lei) formalizada na data do balanço. O registro ocorrerá apenas em 2025 com a assinatura do decreto.
- b) Deve ser reconhecido um Passivo (Provisão) em 2024, pois existe uma obrigação não vinculada legalmente (obrigação construtiva). A prática estabelecida criou uma expectativa válida de que a entidade cumprirá a promessa, não tendo alternativa realista senão pagar.
- c) Deve ser reconhecido apenas um Passivo Contingente em notas explicativas, pois a obrigação depende de um evento futuro incerto (a assinatura do decreto).
- d) Deve ser reconhecida uma Reserva de Contingência no Patrimônio Líquido para garantir os recursos, mas não um passivo, pois a obrigação não é exigível judicialmente.
- e) Não deve ser reconhecido passivo, pois no setor público o Princípio da Legalidade impede o reconhecimento de obrigações que não estejam estritamente previstas em lei vigente.

69. A NBC TSP 34 estabelece diretrizes para a mensuração e evidenciação dos custos no setor público. Um determinado hospital público deseja implantar um sistema de custos para melhorar a gestão de seus recursos. O gestor financeiro precisa decidir qual método de custeio adotar para alocar os custos indiretos (como energia elétrica, limpeza e administração) aos serviços prestados (consultas, cirurgias, exames).

Considerando as definições da norma, assinale a opção que descreve corretamente o método de custeio que aloca os custos indiretos aos produtos/serviços por meio de direcionadores de custos baseados nas atividades que consomem esses recursos, sendo considerado um método que proporciona maior precisão na identificação do custo real do serviço.

- a) Custeio por Absorção Pleno.
- b) Custeio Direto ou Variável.
- c) Custeio ABC.
- d) Custeio Padrão.
- e) Custeio por Ordem de Produção.

70. O Município Audazes dos Pampas adquiriu uma grande estrutura metálica para ser instalada em um terreno de sua propriedade, com a finalidade de abrigar um evento cultural temporário que durará 5 anos. O contrato de instalação prevê que, ao final desse período, a entidade tem a obrigação legal de desmontar a estrutura, remover os entulhos e restaurar o local às suas condições originais.

Os custos incorridos e estimados foram:

- 1. Preço de compra da estrutura (à vista): R\$ 500.000,00.
- 2. Impostos de importação não recuperáveis: R\$ 50.000,00.
- 3. Frete e seguro para transporte até o local: R\$ 10.000,00.
- 4. Custos de preparação do local e instalação: R\$ 40.000,00.

5. Estimativa do custo de desmontagem e restauração do local ao final de 5 anos (valor presente): R\$ 30.000,00.

De acordo com a NBC TSP 07 e o MCASP, assinale a opção que indica corretamente qual deve ser o custo inicial reconhecido para esse ativo imobilizado:

- a) R\$ 600.000,00.
- b) R\$ 630.000,00.
- c) R\$ 560.000,00.
- d) R\$ 590.000,00.
- e) R\$ 500.000,00.

71. Um Instituto de Previdência de um Estado (RPPS) possui em sua carteira de ativos os seguintes imóveis:

- 1. Um edifício comercial adquirido exclusivamente para auferir aluguéis de terceiros e valorização de capital a longo prazo.
- 2. Um prédio onde funciona a sede administrativa do próprio Instituto.
- 3. Um terreno mantido para futuro uso indeterminado (a entidade ainda não decidiu se usará como sede ou se venderá no futuro).
- 4. Um conjunto de apartamentos construídos e mantidos para venda no curso normal das operações (o Instituto atua também como incorporadora imobiliária em um programa habitacional específico).

De acordo com a NBC TSP 06 e o MCASP, quais desses imóveis devem ser classificados como Propriedade para Investimento no Balanço Patrimonial?

- a) Apenas o item 1.
- b) Apenas os itens 1 e 3.
- c) Apenas os itens 1, 3 e 4.
- d) Apenas os itens 1 e 2.
- e) Todos os itens (1, 2, 3 e 4).

72. O Município Audazes dos Pampas decidiu vender um de seus prédios administrativos que se tornou ocioso após a centralização das operações em uma nova sede. Em 01/10/2024, a diretoria formalizou o plano de venda, o ativo foi colocado à venda por um preço razoável em relação ao seu valor justo, e a venda é considerada altamente provável de ser concluída em até 12 meses. Na data da classificação (01/10/2024), os valores do prédio eram:

- Custo Histórico: R\$ 2.000.000,00.
- Depreciação Acumulada: R\$ 800.000,00.
- Valor Contábil (Líquido): R\$ 1.200.000,00.
- Valor Justo (Avaliação de Mercado): R\$ 1.100.000,00.
- Despesas estimadas de venda (comissão, taxas): R\$ 50.000,00.

Com base na NBC TSP 31, assinale a opção que indica corretamente qual deve ser o valor contábil desse ativo imediatamente após a reclassificação para "Ativo Não Circulante Mantido para Venda" e qual o impacto no resultado do período:

- a) R\$ 1.200.000,00; sem impacto no resultado.
- b) R\$ 1.100.000,00; reconhecimento de perda de R\$ 100.000,00.
- c) R\$ 1.050.000,00; reconhecimento de perda de R\$ 150.000,00.
- d) R\$ 1.150.000,00; reconhecimento de perda de R\$ 50.000,00.
- e) R\$ 1.200.000,00; reconhecimento de perda de R\$ 150.000,00 em conta de Patrimônio Líquido.

AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO

Guilherme Sant'Anna

73. Avalie os itens a seguir:

- I. No planejamento da auditoria, o risco está diretamente relacionado ao impacto quantitativo e qualitativo das informações analisadas.

II. No planejamento, a materialidade está associada à probabilidade de ocorrência de erros ou irregularidades que impactem os objetos avaliados

III. O programa de auditoria deve ser elaborado durante a fase de planejamento, a partir dos objetivos estabelecidos para a auditoria, podendo ser ajustado ao longo da execução na medida em que surgirem novas informações ou riscos relevantes.

Estão CORRETOS:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas
- c) III, apenas
- d) I e II
- e) II e III

74. Servem, respectivamente, para acompanhar a implementação das recomendações e para obter documentos e informações preliminares a auditorias.

O enunciado diz respeito a(o):

- a) acompanhamento e levantamento
- b) inspeção e levantamento
- c) acompanhamento e monitoramento
- d) levantamento e inspeção
- e) monitoramento e levantamento

75. São finalidades das auditorias operacionais, EXCETO:

- a) avaliar os resultados organizacionais.
- b) avaliar se uma atividade operacional cumpre as normas a ela relacionadas
- c) avaliar a economicidade da ação governamental
- d) propor recomendações para aperfeiçoamento da gestão
- e) avaliar a efetividade de um programa de governo

76. Avalie os itens a seguir:

- I. Testes subjetivos visam obter evidência quanto à suficiência, exatidão e validade das informações produzidas pelos objetos auditados.
- II. Evidências provenientes de fontes independentes da entidade auditada, como uma declaração de um fornecedor, são – no geral – mais confiáveis do que as evidências produzidas internamente pela administração da entidade auditada.
- III. O exame documental se baseia na obtenção de informações com a finalidade de comparar declarações de terceiros com os documentos obtidos internamente pela auditoria.

Estão CORRETOS:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas
- c) III, apenas
- d) I e II
- e) I e III

77. Incluem elementos como questões, subquestões, critério, condição, causa e efeito, além de outros.

O enunciado se refere a(o):

- a) matriz de achados
- b) matriz de planejamento
- c) matriz de responsabilização
- d) diagrama de organização de achados
- e) diagrama de causa e efeito

78. Caracteriza-se por avaliar se os objetivos de produtos foram atingidos como planejados.

Enunciado se refere a(o):

- a) abordagem orientada a sistemas
- b) auditoria de regularidade
- c) abordagem orientada a resultados
- d) auditoria financeira
- e) abordagem orientada a problemas

79. Manter distanciamento profissional. ao mesmo tempo em que se mantém uma mente aberta e receptiva a todos os pontos de vista e argumentos.

Enunciado se refere a(o).

- a) julgamento profissional
- b) objetividade
- c) zelo
- d) proficiência
- e) ceticismo profissional

80. Avalie os itens a seguir:

- I. As atividades independentes de avaliação e de consultoria são próprias da atividade de auditoria interna governamental.
- II. Tanto a auditoria interna quanto a externa devem possuir determinado grau, ou nível, de independência em relação à entidade fiscalizada.
- III. A auditoria interna é periódica, enquanto a auditoria externa é contínua.

Estão CORRETOS:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas
- c) III, apenas
- d) I e II
- e) II e III

Discursiva Conhecimentos Gerais

A ação de improbidade administrativa integra o sistema de responsabilização do Estado e pode envolver sanções na esfera civil, em interação com as instâncias administrativa e penal. No processo, discutem-se garantias do direito administrativo sancionador, a indisponibilidade de bens e a prescrição.

Com base no tema abordado no texto motivador, responda aos seguintes tópicos:

- a) Explique como se aplicam, ao sistema da improbidade, os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador, considerando a ação de improbidade administrativa.
- b) Delimite o alcance da independência das instâncias na responsabilização por ato de improbidade administrativa, destacando quando sentenças civis e penais produzem efeitos em relação à ação de improbidade.
- c) Apresente os requisitos exigidos para o deferimento do pedido de indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa, indicando o objetivo da medida e os parâmetros de cautelaridade.
- d) Explique o funcionamento da prescrição intercorrente da pretensão sancionadora na ação de improbidade administrativa, com base nos marcos interruptivos e no prazo aplicável entre eles.

Resposta em até 60 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Discursiva Conhecimentos Específicos

Em 2025, um Auditor de Controle Externo do TCE-MG 2025 recebeu a missão de analisar a política contábil de depreciação do imobilizado da Autarquia Z. No caso, verificou-se o seguinte panorama:

I – foram localizadas 10 mesas e 5 cadeiras consideradas inservíveis e que já não são utilizadas pela entidade;
II – até o momento, nenhum bem integrante do ativo imobilizado havia sido objeto de depreciação;
III – nos meses de janeiro e fevereiro de 2025, houve a aquisição de 4 computadores;
IV – os bens adquiridos em exercícios anteriores apresentam valor contábil bastante distinto de seu valor justo.

Com base na situação descrita, responda:

- a) Conceitue depreciação, indique quando seu reconhecimento tem início e a quais fatores ela está normalmente relacionada.
- b) Comente de forma sucinta a situação apresentada em cada um dos itens I a IV.
- c) Indique quais procedimentos contábeis devem ser adotados em relação aos bens considerados inservíveis.
- d) Explique como deve ser efetuada a depreciação dos bens adquiridos no próprio ano em que a política de depreciação está sendo implantada.
- e) Explique como deve ser tratada a depreciação dos bens adquiridos em anos anteriores, cujos valores contábeis apresentem divergência em relação ao valor justo.

Resposta em até 60 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
